

PELA ORDEM

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

CÂMARA LANÇA "LEGISLA CIDADÃO"

Foi apresentada na sessão de ontem uma nova ferramenta da Câmara de Jundiá para incluir o cidadão no trabalho Legislativo. Trata-se do "Legisla Cidadão", a ser lançado hoje, que é uma área do site onde qualquer um pode registrar uma sugestão de Projeto de Lei (PL). Todas serão recebidas e analisadas por um órgão interno da Casa e repassadas à Comissão de Participação Legislativa (CPL), que dará encaminhamento à proposta.

VEREADORES APOIAM 'MAIO AMARELO'

Alguns vereadores de Jundiá foram vistos ontem com um laço amarelo na camisa durante a sessão. O vereador Marcelo Gastaldo (PTB) explicou que o acessório é o símbolo da campanha "Maio Amarelo", voltada à segurança no trânsito. "Desde o primeiro dia do mês, a Prefeitura vem realizando atividades da campanha, cujo tema é "Nós somos o trânsito", disse.

SESSÃO NÃO TEVE TRIBUNA LIVRE

Nenhum dos quatro cidadãos inscritos para falar na Tribuna Livre durante a sessão ordinária de ontem, na Câmara de Jundiá, compareceu. O primeiro inscrito falaria sobre o projeto que proíbe fogos de artifício na Serra do Japi; o segundo trataria do repasse de verbas para a Faculdade de Medicina de Jundiá (FMJ) e o terceiro, de direitos humanos e constitucionais. Havia até um 4º inscrito, como suplente, que falaria da campanha salarial dos servidores.

Vereadores adiam mais da metade dos itens da pauta

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

A sessão ordinária de ontem da Câmara de Jundiá foi marcada pelo adiamento de mais da metade dos itens da pauta. Apenas um Projeto de Lei (PL) e dois vetos do Executivo a propostas aprovadas anteriormente foram analisados pelos parlamentares na noite desta quinta-feira.

Entre as proposições postergadas está o PL 12.498, que prevê multa de R\$ 2 mil em caso de assédio ou atentado à dignidade da mulher. Segundo o autor, Edicarlo Vieira (PSD), o projeto será tema de uma audiência pública, ainda sem data confirmada, para aperfeiçoar a ideia antes de sua votação. Ela deverá entrar na pauta novamente dia 7 de agosto.

Edicarlo também justificou o valor da multa prevista, que deverá ser repassado à Fundação Municipal de Ação Social (Fumas). "A pena vem no sentido de retribuir financeiramente o mínimo possível para projetos em defesa da mulher, que encontram dificuldades na aquisição de recursos", disse.

Foi adiado também o PL 12.496, dos vereadores Roberto Conde (PRB) e Douglas Medeiros (PP), que prevê a contratação



Apenas três itens foram apreciados pelos edis: um projeto de lei e dois vetos do Executivo, que foram derrubados

de pessoas em situação de rua pelas empresas vencedoras de licitações. A proposta recebeu parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação, que o considerou inconstitucional por tratar

de matéria que só pode ser legislada pelo Governo Federal, mas será apreciada novamente no dia 22 de outubro.

O PL 12.497, que requer notificação ao Corpo de Bombeiros

pela execução de serviços de dedetização, e o PL 12.449, que prevê diretrizes de acolhimento humanizado na rede municipal de saúde, foram adiados para a próxima sessão, na

terça-feira (8). Já o PL 12.499 será analisado novamente daqui a 15 dias, na sessão do dia 15 de maio. A proposta exige cartaz sobre certidão negativa de débitos municipais em cartório de registro de imóveis, tabelionatos de notas e imobiliárias.

VETOS DERRUBADOS

Além de aprovar o PL 12.455, que altera a lei 8.635 para prever divulgação de informações sobre os benefícios do aleitamento materno, os parlamentares também derrubaram os dois vetos do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) a projetos anteriormente aprovados. Foram oito proposições vetadas pelo Poder Executivo só este ano e os parlamentares derrubaram todas até o momento.

Uma delas foi o veto ao PL 2.411, que regula a emissão de receitas médicas. O vereador Arnaldo da Farmácia (PDT), autor da proposta, rebateu a justificativa da prefeitura. "Eles alegam que o projeto impõe condições ao exercício profissional e que não possui interesse local, o que eu discordo. Um erro na interpretação de uma receita médica pode prejudicar seriamente a saúde do paciente. Em Itu, um projeto similar a este foi sancionado sem problemas", criticou.